

Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 26 de junho

21,2 mil servidores públicos receberam benefício em Goiás

Com dados atualizados em maio de 2020, fornecidos pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, a Controladoria Geral da União (CGU) fechou nova lista com 21.282 servidores públicos em **Goiás** que receberam auxílio emergencial de R\$ 600 mensais do governo federal, em apoio à crise provocada pela pandemia do coronavírus no País.

Deste total, 14.794 têm vínculo com os municípios e 6.488 são do Estado, considerando os três poderes e as estatais. Juntos, eles receberam R\$ 27,5 milhões.

A legislação estabelece como critério para receber o auxílio a inexistência de emprego formal ativo. Além disso, o Decreto n.Q 10.316/2020 diz que agentes públicos, incluindo ocupantes de cargo temporário, função de confiança, comissionados e titulares de mandato eletivo, não possuem direito ao benefício.

De acordo com o cruzamento de dados, 7.375 servidores (5.115 municipais e 2.260 do Estado) estão na relação de nomes que pediram o benefício (ExtraCad). Os demais entraram automaticamente por meio do Cadastro Único ou o programa Bolsa Família. Se saíram da situação de dependência de programas sociais, no entanto, deveriam ter informado ao governo federal.

Até a semana passada, a CGU havia divulgado um total de 19.016 servidores, em trabalho conjunto com a **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). A parceria com o TCE ampliou a base de dados, com inclusão dos poderes Legislativo e Judiciário e das estatais em **Goiás**. Os órgãos assinam notas técnicas conjuntas sobre os dados.

O superintendente da Controladoria Regional da União em **Goiás**, Renato Barbosa Medeiros, afirma que, além dos casos de cadastro de programas sociais, pode haver na lista vítimas de fraudes, com uso indevido de CPFs para receber o auxílio. Para apurar cada caso, ele encaminhou os dados ao Ministério da Cidadania, que fará análises e cancelará novos pagamentos, e recomendou aos órgãos estaduais e municípios que alertem seus servidores sobre possível caracterização de crimes de falsidade ideológica e estelionato, além de infrações disciplinares.

Os servidores também estão sendo informados de que há um canal disponibilizado pelo Ministério da Cidadania para a devolução de valores recebidos de forma indevida: de-volucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br. Para saber se teve o CPF vinculado a pagamento do auxílio, é possível consultar o site do Data-prev <https://consultaauxilio-dataprev.gov.br/>

O **TCE-GO** informou que, dos indícios de pagamento indevidos a 6.488 servidores do Estado, mais de 85% estão vinculados à GoiásPrev e à Secretaria da Educação. No primeiro caso, a maior incidência ocorreu entre aposentados e pensionistas. Na Educação, a maior parte dos casos está vinculada a contratos temporários.

O **TCE-GO** detalhou a lista por órgãos, apontando 28 servidores da Assembleia Legislativa, 15 do Tribunal de Justiça do Estado e 5 do Ministério Público Estadual, além de 2 do próprio tribunal (veja relação acima). Os órgãos de controle não divulgam nomes. O POPULAR mostrou na semana passada que 20 secretários municipais estão na relação.

A CGU também já identificou outros 1.102 nomes com mandados de prisão que receberam o auxílio. Eles são alvos de investigação da Polícia Civil de **Goiás**, que deflagrou a Operação Voucher no mês passado. A Controladoria fez ainda cruzamentos de dados de empresários e grandes doadores em eleições, mas, segundo Renato, não há dados divididos por regiões.

Site: <https://www.opopular.com.br/?renderAsFlip=flip&date=20200626&caderno=OPOPULAR&edicaoAberta=false>

Serviço público - XADREZ

RUBENS SALOMÃO

O TCE e Controladoria Geral da União localizaram 6.488 senadores, estagiários, terceirizados, inativos ou contratados pelo governo estadual na lista dos beneficiários do auxílio emergencial concedido pelo governo federal.

Aos custos

As regras do programa já definem que agentes públicos com contratos ativos são inelegíveis para o benefício. Considerando os valores efetivamente pagos até agora, o prejuízo aos cofres públicos seria de R\$ 8,3 milhões.

Ampliação

Senadores públicos municipais, levantados antes pela CGU em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios, também foram beneficiado e receberam R\$ 27,5 milhões.

Site: <http://flip.ohoje.com/public/impresso/4976/4976.pdf>

21,2 mil servidores receberam auxílio

A lista de servidores públicos de **Goiás** que receberam auxílio emergencial de R\$ 600 mensais do governo federal cresceu. Com dados atualizados em maio de 2020, fornecidos pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, a Controladoria Geral da União (CGU) a nova lista soma 21.282 funcionários. Deste total, 14.794 têm vínculo com os municípios e 6.488 são do Estado, considerando os três poderes e as estatais. Juntos, eles receberam R\$ 27,5 milhões dos cofres públicos.

A legislação estabelece como critério para receber o auxílio a inexistência de emprego formal ativo. Além disso, o Decreto nº 10.316/2020 diz que agentes públicos, incluindo ocupantes de cargo temporário, função de confiança, comissionados e titulares de mandato eletivo, não possuem direito ao benefício.

De acordo com o cruzamento de dados, 7.375 servidores (5.115 municipais e 2.260 do Estado) estão na relação de nomes que pediram o benefício (ExtraCad). Os demais entraram automaticamente por meio do Cadastro Úni-co ou o programa Bolsa Família. Se saíram da situação de dependência de programas sociais, no entanto, deveriam ter informado ao governo federal.

Até a semana passada, a CGU havia divulgado um total de 19.016 servidores, em trabalho conjunto com a **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). A parceria com o **TCE** ampliou a base de dados, com inclusão dos poderes Legislativo e Judiciário e das estatais. Os órgãos assinam notas técnicas conjuntas sobre os dados.

FRAUDES

O superintendente da Controladoria Regional da União em **Goiás**, Renato Barbosa Medeiros, afirma que, além dos casos de cadastro de programas sociais, pode haver na lista vítimas de fraudes, com uso indevido de CPFs para receber o auxílio. Para apurar cada caso, ele encaminhou os dados ao Ministério da Cidadania, que fará análises e cancelará novos pagamentos, e recomendou aos órgãos estaduais e municípios que alertem seus servidores sobre possível caracterização de crimes de falsidade ideológica e estelionato.

Devolução pode ser feita pelo site de ministério

Os servidores também estão sendo informados de que há um canal disponibilizado pelo Ministério da Cidadania para a devolução de valores recebidos de forma indevida: devolucao uxilioe-mergencia I. cida da n ia .go \ \ b r. Para saber se teve o CPF vinculado a pagamento do auxílio, é possível consultar o site do Dataprev: www. da ta pre v.go v. br.

O **TCE-GO** informou que, dos indícios de pagamento indevidos a 6.488 servidores do Estado, mais de 85% estão vinculados à GoiásPrev e à Secretaria da Educação. No primeiro caso, a maior incidência ocorreu entre aposentados e pensionistas. Na Educação, a maior parte dos casos está vinculada aos temporários.

O **TCE-GO** detalhou a lista por órgãos, apontando 28 servidores da Assembléia Legislativa, 15 do Tribunal de Justiça e 5 do Ministério Público, além de 2 do próprio tribunal. Os órgãos de controle não divulgam nomes. Do total, 20 secretários municipais estão na relação.

A CGU também já identificou outros 1.102 nomes com mandados de prisão que receberam o auxílio. Eles são alvos de investigação da Polícia Civil de **Goiás**, que deflagrou a Operação Voucher no mês passado. A Controladoria fez ainda cruzamentos de dados de empresários e grandes doadores em eleições, mas, segundo Renato, não há dados divididos por regiões.

Site: <https://daqui.opopular.com.br/?renderAsFlip=flip&date=20200626&caderno=DAQUI&edicaoAberta=false>

21,2 mil servidores públicos receberam auxílio emergencial em Goiás

A Controladoria Geral da União (CGU) concluiu uma lista de 21.282 servidores públicos do Estado de **Goiás** que receberam auxílio emergencial de R\$ 600 mensais do governo federal.

Os dados, atualizados em maio, foram fornecidos pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** ao CGU, e mostraram que deste total, 14.794 têm vínculo com os municípios e 6.488 são do Estado. Juntos, eles receberam R\$ 27,5 milhões.

A legislação estabelece como critério para o recebimento do auxílio a inexistência de emprego formal ativo. Já que o programa visa atender à pessoas desamparadas financeiramente, das quais, devido à crise econômica provocada pelo coronavírus, ficaram sem renda.

O Decreto nº 10316 de 2020, que estabelece as diretrizes para o recebimento do auxílio, ainda deixa claro que agentes públicos, incluindo cargos provisórios, função de confiança, comissionados e titulares de mandato eletivo, não possuem direito ao benefício.

As informações apontaram ainda que 7.375 servidores (5.115 municipais e 2.260 do Estado) estão na relação de nomes que solicitaram o benefício ExtraCad, ou seja, sem estarem inscritas no Cadastro Único. Os demais entraram automaticamente por meio do Cadastro Único ou pelo programa do Bolsa Família.

De acordo com o superintendente da Controladoria da União em **Goiás**, Renato Barbosa Medeiros, além dos casos de cadastros de programas sociais, podem conter na lista vítimas de fraudes, com uso indevido do CPFs para receber o subsídio.

Cada caso está sendo apurado pelo Ministério da Cidadania, que fará a análise e cancelará novos pagamentos. O ministério também recomendou aos órgãos municipais e estaduais que alertem seus servidores sobre possível indicação de crimes de falsidade ideológica e estelionato, além de infrações disciplinares.

Há também um canal disponibilizado pelo Ministério da Cidadania para a devolução de valores recebidos de forma indevida, que está sendo divulgado para os servidores. A consulta para saber se teve o CPF vinculado ao recebimento do auxílio pode ser realizada por meio do site do Dataprev.

O **TCE-GO** informou que dentre os 6.488 servidores do Estado que receberam o pagamento indevido do auxílio, mais de 85% estão vinculados à GoiásPrev e à Secretaria da Educação. Os dados revelaram que, no primeiro caso, a ocorrência era maior entre pensionistas e aposentados. E na Educação, a maior parte dos casos está relacionada à contratos temporários.

A lista também aponta 28 servidores da Assembleia Legislativa, 15 do **Tribunal de Contas do Estado** e 5 do Ministério Público Estadual.

Confira onde estão lotados os

servidores que receberam indevidamente o auxílio:

Total: 6.497, de acordo com dados do **TCE-GO**, o

total de vínculos informado é maior que o número de CPFs (6.488), pois a

administração pública permite mais de um vínculo nos casos de professores e

profissionais de saúde.

Com informações do jornal O Popular

Site: <https://www.dm.jor.br/politica/2020/06/212-mil-servidores-publicos-receberam-auxilio-emergencial-em-goias/>

Pandemia motiva reforma no plano de governo de Caiado

A minirreforma encaminhada por Ronaldo Caiado (DEM) à Assembleia Legislativa conclui processo de alterações de auxiliares feitas a conta gostas, seja por motivo de desincompatibilização para a eleição municipal ou por opção do democrata, mas inicia simultaneamente o processo de readequação do plano de governo apresentado e aprovado no pleito de 2018. O próprio governador adianta que a pandemia de Covid-19 estabeleceu novos parâmetros para as metas e objetivos da gestão. "Estamos revendo a posição. O que é um plano de governo? É aquele com que fui candidato em 2018 ou o plano de governo agora, diante dos novos desafios que surgem?", questionou Caiado na apresentação do projeto já enviado à **Alego**. A readequação, segundo garante o governador, será debatida também com o Poder Judiciário e o setor produtivo do estado, além da articulação junto aos deputados estaduais.

Apoio social

O governo pretende redimensionar a estrutura de estado para "diagnosticar e prever antecipadamente" como tratar milhões de pessoas, que precisarão de oportunidade de emprego ou uma política social pelo "braço do estado".

Operação abafa

A única assinatura que falta para a criação da CPI dos Grampos na **Alego** passou a ficar ainda mais distante da caneta da oposição. É que Caiado tratou as acusações diretamente como "assunto encerrado" e "matéria vencida".

Dependência

Apesar do crescimento no início do ano, a oposição conta, no máximo, com 13 assinaturas e ainda depende de um governista para abrir a investigação.

Serviço público

O **TCE** e Controladoria Geral da União localizaram 6.488 servidores, estagiários, terceirizados, inativos ou contratados pelo governo estadual na lista dos beneficiários do auxílio emergencial concedido pelo governo federal.

Aos custos

As regras do programa já definem que agentes públicos com contratos ativos são inelegíveis para o benefício. Considerando os valores efetivamente pagos até agora, o prejuízo aos cofres públicos seria de R\$ 8,3 milhões.

Ampliação

Servidores públicos municipais, levantados antes pela CGU em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios, também foram beneficiado e receberam R\$ 27,5 milhões.

Insistência

Depois de gestão mal avaliada entre 2012 e 2016 e um amargo terceiro lugar na tentativa de reeleição, o ex-prefeito de Senador Canedo, Misael Oliveira, recebeu aval do PDT para nova pré-candidatura na cidade.

Lá e cá

Alvo de operação no Rio de Janeiro, a Organização Social "Instituto dos Lagos Rio" administra o hospital de campanha de Águas Lindas e foi selecionada para o de São Luis dos Montes Belos e as Policlínicas de Posse, Quirinópolis e Goianésia.

CURTAS

- O deputado Eduardo Prado (DC) enviou pedido ao governo para criação de linha emergencial de crédito para a rede privada de ensino.

- A família Berquó, tradicional no ramo do direito em **Goiás**, deve lançar Marco Berquó, de 19 anos, para vereador neste ano.

- A **Assembleia Legislativa de Goiás** aprovou projeto Organização Judiciária do TJGO, com extinção e criação de comarcas.

Site: <http://www.ohoje.com/noticia/xadrez/n/177563/t/pandemia-motiva-reforma-no-plano-de-governo-de-caiado>

TCE-GO e CGU localizam 6.488 CPFs ligados à administração estadual que receberam auxílio emergencial

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e a Controladoria Geral da União (CGU) localizaram 6.488 CPFs vinculados à administração pública estadual (servidores, estagiários, terceirizados, contratos temporários e inativos) na lista dos beneficiários do Auxílio Emergencial concedido pelo governo federal. Levando em consideração os valores efetivamente pagos, e o fato de agentes públicos com contratos ativos serem inelegíveis para o benefício, o prejuízo aos cofres públicos seria de R\$ 8.331.600,00. O valor pode aumentar caso novas parcelas venham a ser pagas.

Somando-se aos valores supostamente pagos indevidamente a servidores públicos municipais, levantados pela CGU anteriormente em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios, os cofres públicos teriam sido lesados em R\$ 27.495.600,00.

O cruzamento de dados relativo à folha de maio da **administração estadual** teve o objetivo de identificar possíveis irregularidades no recebimento do auxílio de R\$ 600 que é destinado exclusivamente aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do novo coronavírus. TCM e **Controladoria Geral do Estado (CGE)** também colaboraram em etapa anterior.

O presidente do **TCE-GO**, Celmar Rech, e o superintendente da CGU em **Goiás**, Renato Barbosa Medeiros assinam a nota técnica conjunta 01/2020 CGU/**TCE-GO** (leia aqui) . Os dados serão encaminhados ao Ministério da Cidadania.

Dos indícios de pagamento indevido encontrados, mais de 85% estão vinculados à GoiásPrev e à Secretaria da Educação. No primeiro caso, a maior incidência ocorreu entre aposentados e pensionistas. Na Educação, a maior parte dos casos está vinculada a contratos temporários. Respeitando a legislação vigente e especialmente por se tratar apenas de indícios, nomes não poderão ser divulgados.

Secretário de Controle Externo do **TCE-GO**, Vitor Gobato explica que, por se tratar de verba federal, a Corte de Contas não tem competência para instaurar processo de fiscalização a partir destes achados. Contudo, ele afirma que o Tribunal vai atuar para garantir a devolução dos valores aos cofres públicos. "As informações serão disponibilizadas no Sistema de Avisos e Trilhas (SAT) para que os gestores dos poderes e órgãos jurisdicionados tomem conhecimento do recebimento indevido e assim solicitem aos seus servidores a devolução dos valores. Os comprovantes do estorno deverão ser disponibilizados ao **TCE** pela plataforma", acrescenta.

Gobato cita três hipóteses para o recebimento indevido. "É provável que algumas pessoas estivessem vinculadas ao Cadastro Único para Programas Sociais ou fossem beneficiárias do Bolsa Família e só recentemente tenham passado a ter vínculo com o Estado, sem, contudo, terem atualizado seus cadastros, informando o contrato com poder público. Nestes casos, o recebimento do auxílio seria automático. Também é possível que tenha havido fraude, caso falsários tenham tido acesso a dados de servidores como número de CPF, nome da mãe, endereço. Mas é plausível que boa parte desses servidores tenha feito o cadastro para tentar a sorte, contando com uma eventual dificuldade do Poder público para cruzar os dados", diz.

Para saber se tiveram seus dados utilizados indevidamente para o recebimento de auxílio emergencial, servidores públicos devem consultar o site do Dataprev . Basta informar os dados solicitados (nome completo, nome da mãe e data de nascimento) e submeter o formulário. Caso o CPF tenha sido utilizado indevidamente, deverão aparecer mensagens informando que o benefício está em processamento, foi aprovado, não aprovado, retido ou dados inconclusivos. Nestes casos, é necessário denunciar a fraude ao

Ministério da Cidadania pelos telefones 121 ou 0800 707 2003.

Caso os servidores tenham recebido o benefício indevidamente, seja porque estavam no CadÚnico/Bolsa Família, ou porque tenham feito a solicitação mesmo não preenchendo os requisitos, a recomendação é para que devolvam os valores imediatamente. Para isto, basta acessar a página do Ministério da Cidadania, gerar a Guia de Recolhimento da União (GRU) e pagar em agência bancária.

* Texto: Heloísa Lima

Ilustração: Anderson Cavalcante

Quadro: Gustavo Bernades

Site: <https://oanapolis.com.br/2020/06/26/tce-go-e-cgu-localizam-6-488-cpfs-ligados-a-administracao-estadual-que-receberam-auxilio-emergencial/>
